



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

As Metas Preconizadas para a Educação e a Pesquisa Integrada às Práticas Atuais 3



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

As Metas Preconizadas para a Educação e a Pesquisa Integrada às Práticas Atuais 3

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
M587	<p>As metas preconizadas para a educação e a pesquisa integrada às práticas atuais 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-86002-91-1 DOI 10.22533/at.ed.911201304</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Toda cultura científica deve começar por uma catarse intelectual e afetiva. Resta, então, a tarefa mais difícil: colocar a cultura científica em estado de mobilização permanente, substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, dialetizar todas as variáveis experimentais, oferecer enfim à razão razões para evoluir. (Gaston Bachelard).

A pesquisa integrada às práticas atuais é um fenômeno que, inegavelmente, converge para a necessidade de mudança nos programas formativos voltados para modelos meramente instrucionistas e burocratizados, uma vez que na atualidade a competência do profissional docente deve ir muito além das fronteiras disciplinares e dos procedimentos de transmissão do conhecimento. O formalismo que tem contornado a pesquisa de muitas de nossas universidades coloca o ensino em uma posição ambígua, pois, de um lado, ele é supervalorizado, muito embora de forma equivocada, já que a instrução tem sido o seu maior motivo de existência; de outro, ele é menosprezado, porquanto a pesquisa, para muitos, é atividade inegavelmente mais nobre que ensino, essa querela atravessa diariamente as portas da universidade e invade o cotidiano das escolas, tendo como porta-voz um professor programado para 'dar' aulas, aplicar provas, atribuir notas, aprovar ou reprovar os alunos. Estas vítimas de um sistema de ensino ultrapassado e reprodutor de ideologias dominantes, prosseguem toda a sua vida escolar na posição de receptáculos de conteúdo, ouvintes acomodados e repetidores de exercícios vazios de sentido e significado. Esse é um fato por nós conhecido, o qual requer ordenamentos políticos, econômicos e pedagógicos para assegurar o desenvolvimento de uma nova cultura docente. Cultura esta que demanda a presença da pesquisa como princípio científico e educativo, tal como formulado

A pesquisa vem sendo, cada vez mais, foco de discussões em diversos contextos educativos, em diferentes campos do conhecimento. Na área da educação, apresentam-se argumentos que discutem a pesquisa enquanto dispositivo para um desenvolvimento imaginativo que incentiva e possibilita reflexões, tomadas de decisões, resoluções de problemas e julgamentos que valorizam o aluno enquanto protagonista de seu próprio processo de aprendizagem. Pensar sobre a pesquisa na educação implica considerar diferentes aspectos, envolvendo questões sociais, culturais, psicológicas, antropológicas, históricas e políticas nas mais diversas dimensões da vida. A pesquisa vem sendo compreendida como uma demanda social, principalmente no que se refere aos processos de aprendizagem. É importante perceber como a pesquisa é relevante para todos os aspectos da aprendizagem. Esses argumentos repercutem no âmbito educacional, à medida que se compreende a importância de que os estudantes tenham a oportunidade de se posicionar diante de situações com autonomia, tomando decisões e construindo

suas identidades, incertezas, complexidades, progressos e mudanças e isto vêm gerando desafios e problemáticas imprevisíveis, requerendo soluções criativas. Nesse sentido, a educação, de modo geral, deveria acompanhar essas mudanças e desafios da atualidade. Os trabalhos destacam a relevância das pesquisas a importância das práticas criativas nos processos de ensino e aprendizagem, o incremento dessas práticas em diferentes contextos educacionais. É importante destacar que, as pesquisas são utilizadas de forma distinta para definir os campos teórico-conceituais e da prática educativa. Desse modo, a pesquisa se refere ao estudo das teorias, conceitos e definições. É evidente que a importância da pesquisa, a problematização nos tempos atuais, enfatizando a essência do diálogo, que consiste na ação e na reflexão do conhecimento do homem frente à realidade do mundo, interpretando-o, tendo em vista a possibilidade de se vislumbrar um mundo bem.

Por fim não apenas recomendo a leitura dos textos do e-book “As Metas Preconizadas para a Educação e a Pesquisa Integrada às Práticas Atuais” e dos 97 artigos divididos em 04 volumes, mais do que isso, sugiro o estudo efetivo a fim de mobilizar nossas mentes a promover o debate ainda mais acirrado diante da conjuntura política dos tempos atuais, a fim de fortalecer o movimento cotidiano.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EXPERIÊNCIA COM JOGOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO USO DE RECURSOS LÚDICOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM ESCOLAR	
Natielly de Almeida Santiago Rebeca Talia Ximenes Parente Maria José Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.9112013041	
CAPÍTULO 2	8
IMPLICAÇÕES DA MATERNIDADE ADOLESCENTE: UM ESTUDO ESTATÍSTICO SOBRE O (IN) SUCESSO ESCOLAR	
José Edilson Gonçalves dos Santos Maria Fernanda Sousa Oliveira Elias Inácio Chavier Neto Maria Débora Maciel Nunes Dávila Damasceno de Macedo Pereira Josefa Maria da Silva Cícera Maria de Brito Roberta Maria Arrais Benício	
DOI 10.22533/at.ed.9112013042	
CAPÍTULO 3	14
FATORES DA APRENDIZAGEM QUE CONTRIBUEM PARA O MELHORAMENTO DO AÇAÍ	
Luis Fernando Pires Pinto Edson Aparecida de Araújo Querido de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9112013043	
CAPÍTULO 4	29
INCLUSÃO, CIDADANIA E HOMOSSEXUALIDADE: IMPLICAÇÕES E PERCEPÇÕES NAS CLASSES DA EJA	
Yara da Paixão Ferreira Sônia Vieira de Souza Bispo Nildélia Souza Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9112013044	
CAPÍTULO 5	40
INTELIGÊNCIA COLETIVA – ESTUDO COLABORATIVO NO ENSINO DA ARTE EM GRUPO DE APOIO AO PACIENTE ONCOLÓGICO	
Genilda Alves Nascimento Melo Célia Jesus dos Santos Silva Andreia Quinto dos Santos Silvana Ramos da Silva Carlos Alexandre Lima Reis Geisa Alves Ribeiro Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.9112013045	
CAPÍTULO 6	48
LETRAMENTO DIGITAL: USO DAS TECNOLOGIAS NO COTIDIANO DOS ALUNOS DA EJA	
Emilaine Rose dos Santos Misael de Oliveira Lins	

CAPÍTULO 7 56

O PROCESSO DE ACOLHIMENTO E DE SOCIALIZAÇÃO EM UMA ESCOLA DE ENSINO INFANTIL NA CIDADE DE QUIXADÁ

[Benjamim Machado de Oliveira Neto](#)

DOI 10.22533/at.ed.9112013047

CAPÍTULO 8 68

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ALUNO ADULTO NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS PARA O TRABALHO DOS PROFESSORES

[Mariana de Vasconcelos Neves](#)

[Mariana Lira Ibiapina](#)

DOI 10.22533/at.ed.9112013048

CAPÍTULO 9 79

O PROFESSOR DE MATEMÁTICA COMO MEDIADOR DA RELAÇÃO ENTRE ALUNOS E O SABER MATEMÁTICO

[Jonathas Oliveira Braga](#)

[Evando Brito da Silva](#)

[Iranilde Oliveira de Farias](#)

[Amaya de Oliveira Santos](#)

DOI 10.22533/at.ed.9112013049

CAPÍTULO 10 87

O QUE NOS MOVE? A FORMAÇÃO INICIAL/CONTINUADA DE PROFESSORAS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

[Luciana Ribeiro Alves Vieira](#)

[Yara Fonseca de Oliveira e Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.91120130410

CAPÍTULO 11 98

O USO DO *SMARTPHONE* EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA EM TURMAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

[Justina Oliveira Neta](#)

[José Raimundo Carneiro Santos](#)

[Jocenildes Santos Zacarias](#)

DOI 10.22533/at.ed.91120130411

CAPÍTULO 12 105

O USO DO MATERIAL DOURADO, A MULTIPLICAÇÃO NOS NÚMEROS RACIONAIS E A TECNOLOGIA COMO INCENTIVADORA NO ENSINO: UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA VIVENCIADA POR PIBIDIANOS

[Bruno Ribeiro Luna](#)

[Carlos da Silva Barbosa](#)

[Herlaine Estefani Barros Neris](#)

[Jefferson Henriques Bezerra](#)

[Poliana de Brito Moraes](#)

DOI 10.22533/at.ed.91120130412

CAPÍTULO 13 118

POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONTEXTOS HISTÓRICOS DE EMPOBRECIMENTO. (UBERLÂNDIA/MG - 1990-2002)

[Sérgio Paulo Moraes](#)

CAPÍTULO 14	135
OS PARTIDOS DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO	
Ludmila Bahia Franco Faria	
Marcio Danelon	
Mauro Sérgio Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.91120130414	
CAPÍTULO 15	148
O LÚDICO E A DIVERSÃO NA APRENDIZAGEM DE INGLÊS NA UNIVERSIDADE	
Nathalia Teresinha Valiati	
Domingos Perego Junior	
André Sandmann	
Katiane de Oliveira Comachio	
Giulia Freire dos Santos	
Vanessa Hlenka	
Guilherme Timbola	
DOI 10.22533/at.ed.91120130415	
CAPÍTULO 16	155
POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO E CONSERVADORISMO NO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO	
Rosiléa Agostinha de Araújo	
Lorena Kelly Alves Pereira	
Geovane Gomes de Araújo	
Glauberto da Silva Quirino	
DOI 10.22533/at.ed.91120130416	
CAPÍTULO 17	167
PROFESSOR DA ESCOLA BÁSICA E A BNCC – PROCESSOS FORMATIVOS OU RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA?	
Genilda Alves Nascimento Melo	
Célia Jesus dos Santos Silva	
Andreia Quinto dos Santos	
Silvana Ramos da Silva	
Carlos Alexandre Lima Reis	
Geisa Alves Ribeiro Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.91120130417	
CAPÍTULO 18	179
PROFISSÃO E TRABALHO: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DA PSICOLOGIA TRANSPESSOAL	
Eliana Braga Garcia de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.91120130418	
CAPÍTULO 19	194
PROJETO JOVEM DE FUTURO: UMA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA COM DIRETRIZES ESCOLARES PARA AS JUVENTUDES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO	
Elsivan Machado Barbosa da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.91120130419	

CAPÍTULO 20	200
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES SENSORIAIS NA HORTA ESCOLAR COM ALUNOS ESPECIAIS DA SALA DE RECURSO (AEE) NA ESCOLA MUNICIPAL	
Tanilson Enedino da Silva Fabiana Gomes da Silva Thayz Rodrigues Enedino	
DOI 10.22533/at.ed.91120130420	
CAPÍTULO 21	209
QUAL O RECADO DOS ERROS EM QUESTÕES DE ESTATÍSTICA DESCRITIVA NO ENEM 2016 PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA?	
Ivone da Silva Salsa Iloneide Carlos de Oliveira Ramos Raquel Basílio Santos	
DOI 10.22533/at.ed.91120130421	
CAPÍTULO 22	221
PROPRIEDADES DA ÁGUA E OS EVENTOS BIOLÓGICOS: APRENDIZAGEM A PARTIR DO ENSINO DE CIÊNCIAS POR INVESTIGAÇÃO	
Gláudia Martins Balbino da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.91120130422	
CAPÍTULO 23	231
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: COMO ELA É AVALIADA POR SEUS PROTAGONISTAS?	
Isabel Cristina de Aguiar Orquiz Jhennife Renniele de Sousa Costa Costa Fabiola de Sousa França França Pollyanna Carvalho Ferreira Ferreira Rosa Mirian de Lima Medeiros Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.91120130423	
CAPÍTULO 24	248
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA DE BIOLOGIA: PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA EM SUA FORMAÇÃO DOCENTE, JOÃO PESSOA-PB, BRASIL	
Ana Laura Calazans dos Santos Antonia Arisdélia Fonseca Matias Aguiar Feitosa Flávio Vieira Carvalho da Silva Luis Guilherme Teixeira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.91120130424	
CAPÍTULO 25	260
REUTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL: RESÍDUOS QUE CONSTROEM	
Victor Rodrigues Silva Vania Mastrorocco Brand	
DOI 10.22533/at.ed.91120130425	
CAPÍTULO 26	267
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A GESTÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL (ETEC) DO INTERIOR DE SÃO PAULO	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Carlos Simão Coury Corrêa Melissa Camilo	

Débora Cristina Machado Cornélio
Dayana Almeida Silva
Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Valquiria Nicola Bandeira
Marilurdes Cruz Borges
Fernando Sabchuk Moreira

DOI 10.22533/at.ed.91120130426

SOBRE A ORGANIZADORA.....	308
ÍNDICE REMISSIVO	309

POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO E CONSERVADORISMO NO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

Data de aceite: 27/03/2020

Data de submissão: 29/12/2019

Rosiléa Agostinha de Araújo

Universidade Regional do Cariri – URCA
Crato-Ceará
<http://lattes.cnpq.br/6349093524261055>

Lorena Kelly Alves Pereira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro –
UFRRJ
Crato-Ceará
<http://lattes.cnpq.br/9781629790721646>
<https://orcid.org/0000-0003-1892-161X>

Geovane Gomes de Araújo

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará – IFCE
Fortaleza-CE
<http://lattes.cnpq.br/1004781014099015>

Glauberto da Silva Quirino

Universidade Regional do Cariri – URCA
Crato-Ceará
<http://lattes.cnpq.br/6349376581215170>
<https://orcid.org/0000-0001-5488-7071>

RESUMO: Este artigo tem como finalidade apontar as dificuldades e os entraves colocados à implementação de políticas públicas em gênero e sexualidade no âmbito educacional,

devido a posturas conservadoras de políticos brasileiros. Objetivamos mostrar como as crenças e opiniões pessoais daqueles que são eleitos pelo povo têm influenciado de maneira decisiva para que políticas públicas sobre gênero e diversidade sexual não sejam elaboradas e implementadas pelo poder público, a despeito da evidente situação de preconceito e violência a que estão submetidos determinados grupos considerados minorias dentro da sociedade brasileira, a exemplo das mulheres e das pessoas pertencentes à comunidade LGBTI+. Quanto à fundamentação teórica, nos embasamos nos estudos de gênero e sexualidade na educação. No que tange ao método foi realizada a Análise do Discurso, de vertente francesa, dos discursos proferidos por políticos conservadores. Tivemos como principais resultados a percepção de que as convicções e crenças pessoais de políticos conservadores os impedem de representar os interesses e necessidades dos/as cidadãos/ãs e que a não implementação de políticas públicas necessárias faz com que o Estado deixe abandonados grupos vulneráveis, tornando assim, a educação e a sociedade cada vez menos inclusiva, democrática e justa.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas, Gênero, Sexualidade, Educação, Contexto

político.

PUBLIC POLICIES ON GENDER AND SEXUALITY IN EDUCATION AND CONSERVATION IN THE BRAZILIAN POLICY CONTEXT

ABSTRACT: This paper aims to point out the difficulties on the implementation of public policies on gender and sexuality in the educational field. We aim to show how the personal beliefs and opinions of those elected politicians by the people have decisively influenced that public policies on gender and sexual diversity are not elaborated and implemented by the public power, despite the evidente prejudice and violence to which they are subjected certain minority groups within brasilian society, such as women and LGBTI+ people. As for the theoretical foundation we are based on studies of gender and sexuality in education. Regarding the method, the French Discourse Analysis of the speeches given by conservative politicians was carried out. The main results were the perception that the personal beliefs and opinions of conservative politicians prevent them from representing the interests and needs of citizens, and that the failure to implement necessary public policies causes the state to leave vulnerable groups abandoned, making them vulnerable, thus education and the increasingly less inclusive, democratic and fair society.

KEYWORDS: Public policies, Gender, Sexuality, Education, Policy context.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, no Brasil, acompanhou-se algumas tentativas de elaboração, promoção e implementação de políticas públicas voltadas para o debate das questões de gênero e diversidade sexual no âmbito da educação, tendo como principais focos o respeito à diversidade, a inclusão e compreensão das variadas expressões e identidades de gênero e sexuais. Isso é consequência, principalmente, da luta e militância de movimentos sociais, como o Movimento Feminista¹ e o Movimento LGBTI+² que têm reivindicado e chamado a atenção da sociedade e do Estado brasileiros para as suas bandeiras de luta.

No Brasil, o acesso à educação é um direito constitucional de todos/as. A Declaração Universal dos Direitos Humanos também “reconhece e defende o direito de toda pessoa humana à educação em todos os níveis com o pleno exercício das liberdades fundamentais e o respeito aos direitos humanos” (ZENAIDE, 2008, p.

1. Movimento social organizado por mulheres que lutam contra o machismo, a misoginia, o patriarcado e por mais igualdade de direitos entre os gêneros.

2. Movimento social popularmente conhecido como Movimento LGBT, historicamente responsável por agregar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na luta por direitos sociais. Neste artigo optamos por usar a sigla LGBTI+, a mesma usada pela Aliança Nacional LGBTI. A letra I acrescida à sigla faz referência às pessoas intersexuais e o sinal + corresponde à abrangência de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.

13). No entanto, o direito a uma educação inclusiva, que respeite a diversidade de gênero e sexual tem sido historicamente negado, fato esse que tem levado movimentos da sociedade civil organizada a reivindicarem por políticas públicas que discutam as questões de gênero³ e as diversidades dentro do ambiente escolar.

Contudo, a criação de políticas públicas passa necessariamente pelo reconhecimento de que existem questões sérias e complexas envolvendo grupos sociais vulneráveis e que é dever do Estado a responsabilidade de um olhar mais atento e a realização de ações que englobem esses grupos. Esse reconhecimento, porém, não ocorre de maneira fácil, pois setores conservadores da sociedade como, por exemplo, grupos ligados a alguns religiosos fundamentalistas⁴ impõem dificuldades nesse processo. E mais, esses setores têm conseguido adentrar no meio político e eleger representantes para atuar nas casas legislativas de todo o país, impondo, dessa forma, seus pensamentos retrógrados por meio da atuação de parlamentares que os representam.

Desse modo, este trabalho lança um olhar e discute as dificuldades impostas por alguns políticos conservadores no tocante à formulação e implementação de políticas públicas sobre gênero e sexualidade na área da educação. Trata-se, portanto, de um tema importante a ser estudado, pois apesar das mulheres e das pessoas LGBTI+ serem grupos vulneráveis, que sofrem visíveis e flagrantes violências, tendo seus direitos humanos básicos desrespeitados ou negados, ainda assim, existe uma forte resistência por parte de uma parcela da sociedade que mantém representantes em cargos políticos e que se nega a aceitar a implementação de políticas públicas voltadas para esses grupos menos favorecidos.

Objetiva-se mostrar como as crenças e opiniões pessoais daqueles que são eleitos pelo povo têm influenciado de maneira decisiva para que políticas públicas que abordem as questões de gênero e diversidade sexual não sejam elaboradas e implementadas pelo poder público.

No que tange ao método realizou-se a Análise de Discurso, de vertente francesa, de discursos proferidos por políticos conservadores que se colocam, em momentos oportunos, contra políticas públicas sobre gênero e sexualidade na educação.

Obtivemos como principais resultados a percepção de que as convicções e

3. Gênero é uma categoria de análise para o entendimento do que se pensa e afirma sobre masculinidades e feminilidades, levando em consideração não apenas os aspectos biológicos do indivíduo, mas sobretudo, os aspectos social, cultural e histórico em que estão sedimentados a ideia do que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade.

4. Religiosos fundamentalistas são pessoas adeptas de determinada crença religiosa que baseiam seus pensamentos e ações em dogmas e ideologias fundamentadas na Bíblia e em sua própria religião, atuam de forma sectária, não aceitando o debate e a crítica sobre quaisquer temas que contrariem suas crenças. Sustentam a ideia de que são detentores da verdade absoluta sobre a vida e os ensinamentos de Cristo e ostentam a salvação divina. Todavia, na verdade, em geral, são indivíduos desonestos que se aproveitam da boa-fé e ingenuidade do povo para disseminar ideias próprias sobre “moral” e “bons costumes”, tomando por base interpretações literais ou mal dirigidas da Bíblia.

crenças pessoais e religiosas de políticos conservadores os impedem de representar os interesses e necessidades de cidadãos/ãs, o que nos levou a questionar se o princípio da laicidade do Estado brasileiro realmente é posto em prática. E que a não implementação de políticas públicas necessárias faz com que o Estado deixe abandonados grupos vulneráveis, tornando assim, a educação e a sociedade cada vez menos inclusiva, democrática e justa.

A conclusão deste estudo proporcionou-nos refletir sobre algumas indagações importantes: é possível existir democracia plena em um Estado que permite que parte do seu parlamento legisle baseando-se em preceitos religiosos? Se existe a tentativa de se criar políticas públicas, a exemplo das voltadas para gênero e sexualidade na educação que têm sido impedidas de ser implementadas devido a crenças pessoais e religiosas, o Brasil é hoje, na prática, um país mais democrático ou mais teocrático⁵? São questões para reflexão.

METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho consistiu em realizar a Análise de Discurso de discursos proferidos por políticos fundamentalistas que se colocam contra as políticas públicas voltadas às questões de gênero e sexualidade no âmbito da educação.

De acordo com Orlandi (2003):

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2003, p. 15).

Assim sendo, a Análise de Discurso precisou, além da Linguística, da contribuição de outras áreas do conhecimento para dar conta do seu objeto de estudo, pois “na Análise de Discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2003, p. 15).

Os dados utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa foram coletados em matérias de jornais, sites, vídeos e discursos proferidos em redes sociais. Para proceder à análise dos dados submetemos os discursos coletados à Análise, descortinando as construções ideológicas subjetivas e coletivas que levam os/as sujeitos/as a terem uma posição firmemente contrária à implementação de políticas públicas em educação que trariam mais justiça social às mulheres e pessoas LGBTI+.

5 Sistema de governo onde tudo se organiza e se define em torno de normas religiosas.

DESENVOLVIMENTO

Gênero e diversidade sexual: a luta organizada por direitos

A sociedade atual ainda encontra-se permeada por uma herança cultural machista, misógina, patriarcal e de valorização de um padrão social de cor branca, gênero masculino e orientação heterossexual. Historicamente esse perfil foi naturalizado e tido como ideal, o modelo a ser seguido, e aqueles/as que fogem a essa norma (mulheres, negros, homossexuais, dentre outros) encontram-se, quase sempre, à margem da sociedade, sendo vítimas de discriminações e preconceitos.

Frente a essa situação ocorreram, no decorrer da história, inúmeras lutas em defesa das minorias e em busca de igualdade, com olhar voltado às transformações socioculturais, ao respeito à diversidade de gênero, raça, orientação sexual e crenças religiosas. Como exemplo de luta da população LGBTI+, podemos mencionar a Rebelião de *Stonewall*, ocorrida em 28 de junho de 1969, na Greenwich Village, em Nova York, Estados Unidos, a qual entrou para a história como um marco na luta por direitos. Nessa data ocorreu o primeiro grande ato de resistência e de enfrentamento promovido por gays, bissexuais, lésbicas e transexuais contra a violência homofóbica, a repressão e o preconceito.

Stonewall é uma palavra com forte significado para a comunidade LGBT. Foi em um bar *gay* chamado Stonewall, em Nova York, há pouco mais de 40 anos, que *gays*, lésbicas, travestis e *drag queens* se uniram pela primeira vez para lutar contra a intolerância. Pela primeira vez todos eles se sentiram iguais – por serem diferentes. Iguais por causarem estranhamento ao padrão heteronormativo da sociedade. Eram *queers*, esquisitos (RIBEIRO, 2011, p.153).

As desigualdades sociais entre homens e mulheres, assim como as tentativas de imposição de uma sexualidade única e universal levaram ao surgimento dos movimentos feminista e LGBTI+. Apesar das constantes mudanças ocorridas ao longo do tempo nas perspectivas desses movimentos, uma pauta em comum os leva a manterem-se unidos e mobilizados: a luta organizada na busca por direitos historicamente negados.

No decorrer do tempo, o movimento feminista passou por grandes transformações, proporcionadas pelas mudanças de foco das mulheres e suas variadas reivindicações diante de novos contextos e marcadores sociais aos quais estão submetidas. Um dos principais marcadores diz respeito à classe social, uma vez que as pioneiras do feminismo no mundo travaram uma luta por direitos difíceis de serem visualizados no horizonte da maioria das mulheres, pois:

Embora fossem o esteio sobre o qual repousava a sociedade inteira, elas eram invisíveis. As mulheres pobres sempre tiveram e têm até hoje uma dupla jornada, em casa e no trabalho. Sempre trabalharam no setor reprodutivo (privado) e produtivo (público), mas seu trabalho nunca foi considerado produtivo, só o do homem (MURARO, 1992, p. 127).

Por isso, para além de analisar a história das mulheres de forma isolada, o conceito de gênero foi formulado, a partir de meados do século XX, a fim de que fosse ressaltado o “caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (SCOOT, 1995, p.72). À luta feminista não era interessante destacar apenas a história das mulheres, mas a relação entre mulheres e homens e as desigualdades sociais advindas dessa relação construída ao longo do tempo.

Entretanto, destacamos que a história das mulheres, com seus enfrentamentos comuns, não deu ao movimento feminista uma característica essencialista e universal. Ao contrário, em todas as fases ou ondas⁶ desse movimento, a mobilização das mulheres se deu por motivações diversas, interseccionadas com a classe social, a raça, a sexualidade etc.

Assim sendo, a luta por direitos do movimento feminista na atualidade vai além de uma leitura essencialista das questões de gênero, porque se procura mostrar que não deve existir um modelo padrão de mulher na sociedade. Muitas outras questões atravessam o ser mulher: origem, cor, classe social, situação econômica, religião, orientação sexual, identidade de gênero etc. Nessa perspectiva Louro (1994) afirma que:

Quando falamos em gênero estamos nos referindo a uma construção social e histórica de sujeitos femininos e masculinos, então é imprescindível entender que há diferentes construções de gênero numa mesma sociedade - construções estas que se fazem de acordo com diferentes modelos, ideais, imagens que têm as diferentes classes, raças, religiões, etc., sobre mulher e sobre homem (LOURO, 1994, p. 35).

Na esteira das discussões sobre relações de gênero e tentando combater o condicionamento da diversidade sexual à feminilidade e masculinidade compulsórias, o movimento LGBTI+ tem construído uma trajetória de lutas por direitos. Parte importante dessa mobilização tem sido demonstrar que o gênero não delimita e nem define os desejos e as identidades das pessoas.

Nessa perspectiva, a sexualidade não deve ser encarada sob uma óptica biologizante, nem reduzida exclusivamente à reprodução humana, devendo ser entendida também como espaço afetivo, de desejo e de prazer. Não existe, portanto, uma sequência lógica determinante entre o gênero e os desejos íntimos das pessoas. Para Louro (2016):

6. As ondas do movimento feminista tem a ver com os diversos contextos sociais e históricos em que as mulheres lutaram para garantir seus direitos. A primeira onda tem início a partir do século XIX, com a luta por condições de trabalho mais justas, direito à educação e ao voto (sufragismo). A segunda onda se inicia nos 1960, com muitos questionamentos acerca da condição da mulher na sociedade e, a partir disso, o início da construção do conceito de gênero. E a terceira onda começa por volta de 1990 e traz como centro do debate a ideia de que as mulheres são diversas e por isso mesmo apresentam demandas específicas a partir dos seus contextos e marcadores sociais.

Essa sequência supõe e institui uma coerência e uma continuidade entre sexo-gênero-sexualidade. Ela supõe e institui uma consequência, ela afirma e repete uma norma, apostando numa lógica binária pela qual o corpo, identificado como macho ou fêmea, determina o gênero (um de dois gêneros possíveis: masculino ou feminino) e leva a uma forma de desejo (especificamente, o desejo dirigido ao sexo/gênero oposto) (2016, p. 82-83).

Entretanto, para as pessoas que não se encaixam nessa lógica hegemônica tem sido negado o direito de vivenciar sua sexualidade livremente, mais do que isso, tem sido negados direitos humanos e constitucionais como o direito à educação, à liberdade de expressão e até o direito à vida, pois só em 2017, conforme levantamento do Grupo Gay da Bahia (GGB), 445 pessoas LGBTI+ foram assassinadas no Brasil devido a LGBTfobia (GREEN et al, 2018).

Assim sendo, o movimento LGBTI+ no Brasil tem, desde o seu começo nos anos 70, lutado politicamente em busca de uma vida melhor para aqueles/as marcados/as por estigmas que os excluem e desumanizam (FACCHINI, 2018).

Políticas públicas em gênero e sexualidade na educação: breve contextualização

No Brasil, a inclusão das discussões relacionadas a gênero e sexualidade na educação vem ocorrendo na esteira do debate sobre direitos humanos,⁷ através do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos criado em 2003, do Plano Nacional de Educação,⁸ dos Parâmetros Curriculares Nacionais,⁹ do Plano de Políticas para Mulheres e do Programa Brasil sem Homofobia (BSH).

Com a implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o governo brasileiro tinha a intenção de promover uma reflexão crítica sobre os valores e práticas sociais e institucionais que violam os direitos e a dignidade de todos os grupos sociais, sobretudo aqueles minoritários em direitos sociais e políticos (ZENAIDE, 2008).

O “Brasil sem Homofobia” - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania de Homossexuais criado em 2004, a partir da militância e reivindicações de entidades LGBTI+ de todo o país se constitui a principal e mais direta política pública voltada para a construção de uma educação não-discriminatória, não-sexista e não-homofóbica da história do nosso país.

7. “A educação em e para os direitos humanos implica em práticas escolares não-sexistas e não-homofóbicas, na promoção da igualdade e o respeito às diferenças, combatendo ao mesmo tempo todas as formas de discriminação que se enraizem nos preconceitos, estigmas, estereótipos e comportamentos discriminatórios do cotidiano” (ZENAIDE, 2008, p. 15).

8. “Educar para o respeito à dignidade considerando as diversidades sociais, culturais e sexuais é um dos desafios postos à educação nesse novo contexto da vida brasileira” (ZENAIDE, 2008, p. 15).

9. “Os PCNs sugerem crítica tanto ao material didático quanto às mensagens preconceituosas e estereótipos ligados ao gênero, como por exemplo, a representação de homens na esfera pública e das mulheres na esfera doméstica. Também salienta a necessidade de trabalhar as relações de gênero nas diversas situações do convívio escolar: relações professor ou professora e alunos e alunas na sala, em grupos, etc (GOUVEIA et al, 2008, p. 84).

Atuando em áreas como a saúde, a educação e a justiça, os homossexuais brasileiros organizados têm enfrentado a histórica situação de discriminação e marginalização em que foram colocados no seio da sociedade brasileira. E, para além da luta pelo reconhecimento de seus legítimos direitos civis, sociais e políticos, sua atuação tem se desdobrado em um notável engajamento no enfrentamento de graves problemas de interesse público, sendo casos exemplares de sua mobilização em torno da luta contra o HIV/AIDS no país e do combate à violência urbana (BRASIL, 2004, p. 15).

Em relação ao eixo “Direito à educação”, o Programa BSH estipula como meta a elaboração de “diretrizes que orientem o sistema de ensino na implementação de ações que promovam o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual” (BRASIL, 2004, p. 22). Ademais, ressalta quanto à necessidade de inserir essas questões em programas de formação docente e materiais educativos, passando pelo estímulo à pesquisa e disseminação de conhecimentos científicos, objetivando o combate ao preconceito e à violência contra LGBTI+.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para fazer a explanação dos dados deste estudo usamos como categoria de análise as representações de gênero e sexualidade presentes em discursos de políticos conservadores brasileiros/as. E como subcategorias analisamos as fundamentações ideológicas que levam a essas representações.

O primeiro discurso que analisaremos foi expresso pelo pastor Eurico no ano de 2014, quando era deputado federal pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro). No discurso o parlamentar defendia que a discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual não deveriam entrar no Plano Nacional de Educação:

[...] não somos contrários à educação no Brasil, tampouco há uma ditadura religiosa dentro desta comissão. Devemos reconhecer que, apesar do país ser laico, nós temos a maioria da população cristã. O que acontece é que não vemos a razão de um movimento querer introduzir no Plano Nacional de Educação ideologia de gênero. Saibam, nossos amigos que defendem a questão da identidade de gênero – e respeito a todos – que por trás dessa ideologia de gênero, que vem de uma ideologia marxista, que se expandiu pela Europa, verão, no futuro, que estão trabalhando contra si próprio [...] (Deputado Federal pastor Eurico, 2014).

Com esse discurso, o pastor inicialmente ressalta valores democráticos como a laicidade do Estado, mas logo em seguida entra em contradição no momento em que defende que a ideologia religiosa da maioria (cristã) deve ser imposta e respeitada por todos/as. Quando menciona a “ideologia de gênero”¹⁰, o parlamentar quer passar a ideia de que há um movimento organizado querendo introduzir, à força, nas escolas, um conteúdo proibido, que só cabe às famílias discutirem. O

10. Entendida pelos parlamentares conservadores como uma proposta de educação que incentivaria as crianças a serem indefinidas sexualmente, o termo “ideologia de gênero” refere-se a uma narrativa inventada pela igreja católica e pelas igrejas evangélicas que consiste em distorcer os estudos de gênero e sexualidade, disseminando a ideia de que existe uma intenção de mudar o “sexo” das crianças e torná-las homossexuais.

deputado, desconhece, entretanto, que a discussão de gênero e sexualidade nas escolas nada têm a ver com uma ideologia que se quer impor ou com marxismo como ele alega, uma vez que marxismo é uma corrente filosófica do século XIX que trata basicamente de temas políticos e econômicos, nada tendo relacionado, em absoluto, com as questões de gênero.

Em 2015, por ocasião da votação dos planos estaduais e municipais de educação, o então Deputado Federal do PSC (Partido Social Cristão), pastor Marco Feliciano discursou a respeito do assunto nas suas redes sociais (*facebook* e *youtube*):

O PNE quando foi votado na Câmara dos Deputados, nós fizemos uma articulação bem forte e arrancamos dele as palavras ideologia de gênero e isso também aconteceu no Senado Federal quando lá houve também uma grande batalha e arrancamos a ideologia de gênero do ensino brasileiro. O Ministério da Educação vendo que isso não passou na esfera federal, criou subterfúgios e estão entrando dentro das leis municipais. E eles implementaram dentro dos planos municipais de educação o ensino da ideologia de gênero que nós arrancamos do Congresso Nacional. Então, por favor, você que é vereador não deixe passar nenhuma expressão que venha com a palavra gênero, porque a palavra gênero é genérica. Você vai abrir oportunidade para que os professores da escola encontrem uma forma de ensinar para os seus filhos sobre sexualidade. Lembra da cartilha gay que nós arrancamos do Congresso Nacional em 2011? Pois bem, eles querem transformar em lei para poderem criar o que quiserem para doutrinar os seus filhos na escola, para estimular, para despertar a curiosidade deles. Se isso virar lei, o pai e a mãe não vai poder fazer nada com o professor, nem chamar a atenção dele quando os seus filhos chegarem da escola e disserem assim: “Papai e mamãe, o professor disse que eu posso ser o que eu quiser, homem e mulher ao mesmo tempo” (Deputado pastor Marco Feliciano, 2015).

A análise do discurso do deputado nos mostra, primeiramente, que não resta dúvida dos esforços exitosos empreendidos por deputados/as conservadores/as para retirar da agenda das políticas públicas demandas relacionadas a gênero e sexualidade. Mostra também que o pastor deputado enxerga a si e a seus companheiros como guerreiros travando uma guerra contra o que eles chamam de “ideologia de gênero”. Ele leva o debate para o campo ideológico religioso, uma espécie de cruzada contra aqueles/as que estão do outro lado, ou seja, os/as professores/as, os movimentos sociais e os militantes dos direitos humanos. Nessa batalha os que estão do outro lado são os promotores da igualdade de gênero, enquanto eles – os políticos conservadores e religiosos fundamentalistas – são os combatentes da “ideologia de gênero” (DERLANDES, 2015).

O discurso do pastor revela que o sexo é quem determina a sexualidade e que por isso todo cuidado tem que ser tomado, pois uma coisa está diretamente atrelada a outra. Conforme Foucault, é possível fazer “o controle discurso” de diversas instâncias, estabelecer regras através de uma unidade de significações que faz sentido para determinados grupos (FOUCAULT, 2006). Esse discurso estabelece um modelo, ou melhor, reafirma um padrão hegemônico já existente. Sobre isso,

Butler (2016) pontua que:

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do gênero (BUTLER, 2016, p. 44).

Por último vamos analisar os discursos do ex-Deputado Federal pelo PP (Partido Progressista) do Rio de Janeiro e atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, eleito pelo PSL (Partido Social Liberal), acerca da política pública Projeto Escola sem Homofobia que se constitui em uma ação do Programa Brasil sem Homofobia para a educação. Destacamos que os discursos distorcidos e falsos emitidos pelo atual Presidente sobre o material didático pedagógico¹¹ que seria distribuído nas escolas foram um dos principais impulsionadores da sua campanha e vitória nas urnas, em 2018. Em uma entrevista ao Jornal Nacional, em 2018, o Presidente recém eleito afirmou:

Eu ganhei o rótulo, por muito tempo, de homofóbico. Na verdade, eu fui contra a um kit feito pelo então Ministro da Educação, Haddad, em 2009 para 2010, onde chegaria nas escolas um conjunto de livros, cartazes e filmes onde passariam crianças se acariciando e meninos se beijando. Não poderia concordar com isso (Presidente Jair Bolsonaro, 2018).

Primeiro percebe-se na fala do ex-Deputado e agora Presidente uma tentativa de aparentar uma neutralidade, quando em seus discursos repetidas vezes afirma não ser homofóbico, sendo que em uma entrevista à revista *playboy*, em 2011, disse que “seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui. Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí” (Deputado Jair Bolsonaro, 2011).

O atual Presidente usa de recorrentes mentiras para defender seus discursos discriminatórios e ofensivos. O material didático-pedagógico que ele chama de “kit gay” não foi idealizado pelo ex-Ministro da Educação, Fernando Haddad, contra quem Bolsonaro dirigiu diversas mentiras durante a campanha eleitoral em 2018. Ao afirmar, de maneira mentirosa e irresponsável, à população que o material pedagógico que deveria ter sido entregue nas escolas em 2011 era para incentivar a promiscuidade e homossexualidade nas crianças, o ex-parlamentar provocou um pavor social nas pessoas que desconhecem a realidade dos fatos.

Quando afirma que prefere ter um filho morto a ver ele tendo uma relação afetivo-sexual com uma pessoa do mesmo gênero e que não poderia concordar

11. Esse material, pejorativamente apelidado de “kit gay” consistia em cartilhas e vídeos contendo orientações de como abordar as questões de gênero e sexualidade em uma perspectiva inclusiva e não-discriminatória, respeitando os direitos humanos nas escolas e que teve sua distribuição cancelada em 2011 pela presidenta Dilma Rousseff depois de enfrentar pressões de parlamentares religiosos e conservadores no Congresso Nacional.

que meninos possam beijar outros meninos, o Presidente decreta que a única sexualidade e identidade de gênero que devem existir são aquelas que obedecem à norma imposta por “o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana” (FOUCAULT, 2015, p. 16), regime esse imposto por instâncias poderosas como a religião, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento das identidades e direitos de todos os grupos sociais passa necessariamente pela construção e afirmação de um país verdadeiramente democrático, onde seja garantido o direito de existir e de bem viver de todas as pessoas. Dessa maneira, políticos conservadores que legislam em defesa de ideologias religiosas não respeitam as regras do Estado Democrático de Direito ao se posicionarem contra a implementação de políticas públicas que trariam mais justiça social, atentando, assim, contra princípios constitucionais basilares e contra os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DESLANDES, Keila. **Formação de professores e direitos humanos: construindo escolas promotoras da igualdade**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2015.

FACCHINI, Regina. **Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT**. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. *História do movimento LGBT no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOUVEIA, Raimundo Cândido; ISMAEL, Eliana Costa; CAMINO, Leôncio. **Equidade de gênero e diversidade sexual**. In: GENTLE, Ivanilda Martins; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes (Orgs). *Gênero, Diversidade Sexual e Educação: Conceituação e Práticas de Direito e Políticas Públicas*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do movimento LGBT no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **O reconhecimento da diversidade sexual e o enfrentamento da homofobia no contexto escolar**. In: GENTLE, Ivanilda Martins; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes (Orgs). *Gênero, Diversidade Sexual e Educação: Conceituação e Práticas de Direito e Políticas Públicas*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LOURO, G. L. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. **Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, p.31-46, 10 nov. 1994. Quadrimestral. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11412>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

MURARO, R. M. **A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003.

RIBEIRO, Deco. **Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT**. In: *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Coleção CULT n. 9. Org. Leandro Colling. Salvador : EDUFBA, 2011.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, p.71-99, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Introdução**. In: In: GENTLE, Ivanilda Martins; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes (Orgs). *Gênero, Diversidade Sexual e Educação: Conceituação e Práticas de Direito e Políticas Públicas*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

acolhimento 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66

Acolhimento 56, 67

ACOLHIMENTO 56

Alfabetização 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 50, 55, 102, 104, 206, 221, 223, 228, 233, 234

Aluno adulto 68, 69, 70, 72, 74, 76, 78, 103

Alunos 3, 5, 33, 35, 37, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 99, 100, 102, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 127, 139, 141, 142, 151, 152, 153, 161, 172, 173, 174, 175, 181, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 212, 220, 221, 223, 224, 228, 231, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 250, 256, 257, 267, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304

Aprendizado 40, 55, 63, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 80, 81, 82, 83, 84, 94, 116, 148, 150, 151, 201, 202, 225, 226, 239, 242, 256, 277, 301

Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 14, 40, 49, 50, 51, 52, 55, 60, 62, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 91, 92, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 112, 113, 117, 127, 148, 153, 154, 167, 168, 173, 175, 195, 196, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 209, 210, 212, 213, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 232, 237, 239, 242, 243, 244, 247, 248, 251, 257, 274, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 301

Aprendizagem na EJA 98, 103

B

Base Nacional Comum Curricular 47, 135, 146, 168, 169, 172, 176, 177, 225, 229, 251, 252

C

competências 46, 49, 51, 167, 169, 172, 173, 174, 176, 197, 209, 223, 225, 226, 227, 236, 245, 250, 251, 256, 258, 294

Competências 168

Contexto político 155

Cultura do Açaí 14, 16, 20, 21, 23, 26, 27

Currículo 36, 60, 89, 93, 94, 98, 99, 101, 102, 103, 129, 172, 177, 179, 188, 189, 192, 195, 220, 229, 237, 275, 277, 281, 300, 304

D

Desenvolvimento Regional 14, 20, 23, 24, 25

Desinteresse 79, 80, 81, 83, 84, 114, 122, 139

Dificuldades 31, 44, 46, 47, 63, 68, 69, 74, 75, 77, 79, 81, 83, 84, 85, 106, 112, 127, 129, 155, 157, 203, 206, 207, 210, 212, 231, 233, 241, 245, 287, 294, 295, 302

Distrator 209, 215, 217, 218, 219

E

Educação Infantil 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 117, 169, 201, 208

Educacionais 3, 9, 37, 64, 93, 94, 140, 141, 144, 168, 174, 186, 195, 200, 201, 203, 211, 236, 237, 241, 244, 246, 254, 271, 278, 290, 298, 301, 302, 304, 306, 308

EJA 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 43, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 98, 99, 101, 102, 103, 179, 180, 181, 186, 187, 192, 231, 232, 233, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 279, 282

ENEM 140, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 298

Ensino 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 12, 32, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 112, 113, 114, 117, 118, 127, 135, 136, 138, 139, 140, 146, 150, 152, 153, 154, 162, 167, 169, 170, 172, 173, 175, 177, 179, 180, 181, 186, 187, 188, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 209, 210, 212, 213, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 254, 257, 258, 259, 271, 272, 276, 279, 280, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 293, 294, 301, 308

Ensino da arte 40, 41

Ensino Infantil 56, 60, 61, 62, 66

Ensino médio 10, 10, 12, 39, 43, 80, 91, 96, 135, 140, 169, 179, 181, 186, 187, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 209, 221, 223, 226, 234, 238, 241, 243, 246, 250, 259, 279, 282, 283, 293, 294

Ensino Superior 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 241, 250, 254, 272

Erro 112, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 217, 218, 219, 220

Escola sem Partido 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Estudo colaborativo 40

Evasão escolar 10, 12, 238, 244, 247, 275, 277

F

Formação de Professores 1, 2, 3, 7, 38, 87, 89, 91, 92, 95, 96, 97, 165, 167, 169, 171, 174, 175, 177, 246, 251, 253, 254, 258, 259

Formação inicial e continuada de professores 87, 248, 251

G

Gênero 15, 17, 25, 29, 30, 35, 37, 38, 141, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 190

Gramsci 136, 137, 138, 144, 146

H

História oral 118

Homossexualidade 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 164

I

Inclusão 29, 31, 35, 37, 38, 40, 45, 85, 91, 103, 156, 161, 187, 202, 204, 207, 208, 235, 239, 300

Inglês 52, 148, 150, 151, 152, 153

Inteligência Coletiva 40, 41, 46, 47

J

Jogos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 83, 84, 86, 93, 105, 106, 107, 111, 112, 113, 116, 117, 148, 151

L

Letramento 1, 2, 3, 4, 5, 48, 49, 51, 55, 101, 103, 104, 170, 247

Letramento Digital 48, 51

M

Material Dourado 105, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116

Maternidade precoce 8, 9, 11

Melhoramento Genético 14, 16, 20, 21, 23, 24

Metodologias Padronizadas 194

Múltiplas linguagens 46, 48

N

Nova Identidade do Professor 168

Números Racionais 105, 106, 107, 114, 116

O

ONG 52, 126, 127, 128, 133, 136

Orientação sexual 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 159, 160, 162

P

Partido 124, 127, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 162, 163, 164

Pobreza 9, 10, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 130, 132, 133, 134

Políticas Públicas 29, 34, 38, 43, 89, 91, 118, 132, 133, 155, 156, 157, 158, 161, 163, 165, 166, 186, 196, 204, 232, 235, 237, 238, 245, 246, 247, 250, 269, 305, 306

Potencializador de aprendizagem 98

Práxis 35, 37, 87, 100, 198, 247, 301

Professores 1, 2, 3, 5, 7, 8, 33, 38, 49, 55, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 112, 113, 139, 141, 142, 143, 163, 165, 167, 169, 171, 174, 175, 176, 177, 189, 190, 197, 201, 209, 212, 213, 220, 225, 231, 233, 237, 241, 242, 245, 246, 248, 251, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 275, 277, 281, 284, 285, 287, 290, 294, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 302, 308

Profissão 81, 89, 95, 171, 174, 175, 179, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 253, 257

Projeto Jovem de Futuro 194, 195, 196

Psicologia 11, 24, 58, 67, 175, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 187, 191, 192, 193, 208

Q

QR code 105, 106, 107, 110

R

Reflexão 2, 5, 6, 7, 42, 48, 50, 59, 68, 74, 75, 77, 87, 88, 96, 143, 158, 161, 167, 172, 188, 189, 191, 192, 197, 198, 199, 207, 213, 221, 222, 225, 229, 230, 239, 242, 244, 251, 256, 257, 258, 278, 285, 286

Relação Público-Privado 194

S

Sensoriais 182, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207

Sexualidade 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 308

Smartphone 98, 99, 100, 102, 103

Socialização 4, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 206, 223, 235, 251

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 36, 43, 44, 45, 51, 52, 53, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 111, 112, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 130, 131, 133, 138,

147, 149, 150, 152, 153, 157, 158, 159, 160, 167, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 195, 197, 199, 200, 202, 203, 210, 219, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 234, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 246, 251, 252, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 281, 282, 285, 287, 288, 290, 293, 294, 301, 302, 305

Transformações sociais 233

Transpessoal 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 191, 192, 193

W

Weber 136, 137, 138, 144, 147

 **Atena**
Editora

2 0 2 0